

# ENTRE AS BOCAS E A MESA: A EXPERIÊNCIA DO COMER JUNTO EM AMBIENTOTERAPIA

## Between mouth and table: the experience of joint eating in ambientotherapy

JACINTA ANTONIOLLI TESTA  
LAURA MARAZITA LOTTI

---

**RESUMO:** A presente escrita emerge da experiência de estágio da primeira autora como terapeuta no Setor de Ambientoterapia do Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência (CEAPIA) e busca pensar conceitualmente um dos momentos que acompanha a rotina da ambientoterapia: o horário do lanche. Para tanto, à luz da Psicanálise, o texto percorre o lugar que ocupa a alimentação na constituição do psiquismo, fazendo uso, sobretudo, das obras de Freud e Winnicott. A escrita explora, ainda, no entrelaçamento da cultura, o espaço de sociabilidade e interações sociais que aflora no convívio possibilitado pela refeição compartilhada. Por fim, localiza-se o momento do lanche no recorte da experiência vivenciada na ambientoterapia, a fim de – a partir do trajeto teórico-conceitual apresentado – refletir sobre o comer junto, sua função terapêutica e sua potência clínica.

**PALAVRAS-CHAVE:** alimentação; Psicanálise; ambientoterapia.

**ABSTRACT:** The present writing emerges from the first author's internship experience as a therapist in the Ambientotherapy Sector of the Center for Studies, Care and Research of Childhood and Adolescence (CEAPIA) and seeks to conceptually discuss one of the moments that is a part of the ambientotherapy's routine: the snack time. For this purpose, in the light of Psychoanalysis, the article reflects upon the place that food occupies in the constitution of the psyche, based especially on the works of Freud and Winnicott. The writing also explores, in the entanglement of culture, the space of sociability and social interactions made possible by the shared meal. Finally, the snack time is located in the clipping of the experience lived in ambientotherapy, in order to – with the theoretical and conceptual path presented – discuss the joint meal, its therapeutic function and its clinical potential.

**KEYWORDS:** meal; Psychoanalysis; ambientotherapy

## Preparando a mesa: introdução

*Saudade é um pouco como fome.  
Só passa quando se come a presença.*  
(Clarice Lispector)

Esta escrita é fruto da experiência de estágio da primeira autora, com início em 2020, no Setor de Ambientoterapia do Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência (CEAPIA). Após a interrupção provocada pela pandemia da COVID-19, o estágio, antes presencial, foi pensado e adaptado à modalidade a distância. Os encontros com o grupo – de pacientes e terapeutas –, que antes preenchiam duas manhãs por semana, passaram a ocorrer durante uma hora semanal, de forma on-line, ao longo do período crítico da pandemia. Escrevemos, então, com saudade: do contato, do vínculo, da presença.

Apesar de tanto ter sido alterado, do presencial ao distante, muito se manteve: os encontros intensos; as intervenções cuidadosas; as combinações do grupo; a organização da rotina. Elementos que, na sua permanência, dão corpo à ambientoterapia. Ainda que nossa fome pela presença não seja saciada – e, pergunto, será que pode algum dia ser? –, aquilo que continuou, que permaneceu em nossas manhãs, possibilitou o seguimento do trabalho clínico e permitiu costurar o antes e o agora, o presencial e o virtual. Entre as continuidades, há uma que se ressalta: o momento do lanche. Quando presencialmente, em todas as quartas e sextas-feiras, às 9h45min, o grupo da ambientoterapia se dirigia à cozinha, ansioso por sentar à mesa. Na modalidade on-line, nas quartas-feiras, às 10h10min, cada um do grupo se preparava, em sua casa, separados por uma tela, para se unir no e pelo lanche.

Tal momento – do comer junto – ocorre na ambientoterapia, pois esta é uma modalidade de atendimento clínico em grupo, direcionado a crianças e a adolescentes, em que se concebe o ambiente como principal fator terapêutico (Osório, 1998). Para tanto, constrói-se um espaço que se pretende lar-clube-escola – remetendo às relações familiares, sociais e escolares, “onde o paciente possa encontrar oportunidades de convívio e ocupação semelhantes às do ambiente de onde provém” (Osório, 1998, p. 11). Dessa forma, é dedicada uma atenção especial à estruturação desse ambiente: à organização do espaço, à rotina estabelecida, à socialização entre pacientes e com as terapeutas. Busca-se, em cada elemento dos encontros, fornecer um espaço de convívio estruturado, de forma que as atividades são delimitadas por uma rotina metódica e organizadora, a fim de reproduzir situações da vida cotidiana e possibilitar um ambiente seguro de vínculos, trocas e novas identificações (Taschetto & Nilles, 1996). O horário do lanche – que faz parte da rotina da ambientoterapia do CEAPIA – é, então, pensado nesse funcionamento: evoca a refeição, momento que inevitavelmente acompanha a vida dos pacientes.

O grupo em que a experiência de estágio se concretizou atende crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para quem – na medida em que encontram dificuldades substanciais em estabelecer relações com o outro e com o espaço que os cerca – tal modalidade de atendimento pode ser especialmente positiva (Amaral, Milagre, Kreutz & Giaretta, 2015). A fim de que o espaço possa oferecer previsibilidade e estabilidade, sendo seguro para que as crianças experimentem o ambiente e a si, o horário do lanche, ainda que adaptado, se manteve na modalidade à distância – possibilitando, com a continuidade dos aportes ambientais, como nos fala Winnicott (1964/2006), a continuidade do ser.

Tal experiência – da refeição que era e seguiu sendo, a seu modo, compartilhada – nos convoca a refletir sobre que lugar ocupa o comer junto no cotidiano da ambientoterapia, sobre que função cumpre essa refeição em nossos encontros. Afinal, por que a alimentação permeia nossa rotina? Por que comemos na ambientoterapia? A fim de direcionar um olhar cuidadoso a esse momento que nos acompanha, por o sentirmos como um espaço potente de trocas e vínculos, buscamos elaborar conceitualmente tal experiência e, assim, revisitamos e reconhecer a potência clínica do horário do lanche. Para tanto, propomo-nos a refletir sobre a relação com a alimentação – seja na constituição psíquica dos sujeitos, sob a compreensão psicanalítica de autores como Sigmund Freud e Donald Winnicott; seja no enlaçamento da cultura, auxiliada por estudos históricos e antropológicos. Por fim, com tal aporte teórico-conceitual, atentamos para a refeição compartilhada no recorte da ambientoterapia, evocando reflexões e cenas vividas nessa experiência.

## **A alimentação e a constituição psíquica: o que comemos?**

Localizar a alimentação – comumente tida apenas como necessidade fisiológica – em seu encadeamento com nossa subjetividade demanda um esforço anterior, que vem sendo realizado pela psicanálise desde suas origens. Fundando-se na compreensão de uma “imbricação somatopsíquica” (Lionço, 2008, p. 118), os entendimentos psicanalíticos dispuseram de grandes contribuições a respeito da relação fronteiriça entre as dimensões psíquicas e somáticas, de forma que tal tema – a relação entre o corpo orgânico e o aparelho psíquico – perpassa a obra freudiana e se faz presente em diferentes autores psicanalistas. Pode-se entender, assim, que “muito mais do que demarcados, os campos do soma e do psiquismo estariam irremediavelmente imbricados, indissociados” (Lionço, 2008, p. 117), estando as necessidades fisiológicas e as constituições subjetivas intimamente relacionadas desde o princípio do desenvolvimento de cada sujeito.

Ao voltarmos nosso olhar para o infantil, podemos ver como o bebê, em seu estado de desamparo primordial (Freud, 1895/2006), necessita dos cuidados externos que possam suprir suas necessidades orgânicas. O recém-nascido de-

manda de seus cuidadores atenção intensa e prestativa, a fim de cessar suas urgências biológicas – da fome à higiene. No entanto, o que a princípio se trata de necessidades corporais, como nos fala Winnicott (1956/2000), gradualmente se transforma “em necessidades do ego, à medida que da elaboração imaginativa das experiências físicas emerge uma psicologia” (p. 403). Ou seja, as demandas fisiológicas do bebê – bem como as ações que são a elas direcionadas, na tentativa de supri-las – adquirem também caráter psíquico.

Dessa forma, uma vez que os cuidados físicos dirigidos ao bebê constituem um psiquismo, o ambiente deve oferecer algo a mais: deve ser facilitador para a maturação da criança; possibilitar sua estruturação psíquica; proporcionar recursos para seu desenvolvimento emocional (Winnicott, 1964/2006). Tal ambiente envolve, assim, a qualidade do cuidado oferecido. Nesse sentido, Winnicott (1964/2006) se refere a manejos primordiais – como o ato de segurar o bebê, em um cuidadoso *holding* – que passam a circunscrever os limites psíquicos e corporais, de forma que a experiência de habitar o próprio corpo passa a se constituir. Entre os cuidados prestados ao bebê, tão relevantes e necessários à sua constituição, há um a que vamos aqui nos dedicar: o da alimentação.

Para além de um ato realizado unicamente a fim de suprir a necessidade fisiológica – da fome –, a alimentação se inscreve como uma via para a constituição do sujeito psíquico, na medida em que “as atividades referentes à função de nutrição apoiam-se, inicialmente, em necessidades somáticas vitais; todavia, são subvertidas de imediato em satisfação da zona erógena oral, através das pulsões sexuais” (Dauer & Martins, 2015, p. 46). Nesse sentido, como aponta Laplanche (1985), há uma duplicidade em tal processo: “a boca é ao mesmo tempo órgão sexual e órgão da função alimentar” (p. 25). A urgência da fome, assim, se satisfaz com o alimento ao mesmo passo que os prazeres se estabelecem.

Essa imbricação e construção prazerosa do alimentar-se pode ser observada desde os cuidados relacionados à primeira infância. Winnicott (1987/2006), em suas postulações a respeito do amamentar, nos indica “a imensa riqueza contida na experiência da alimentação; o bebê está vivo e desperto, e toda a sua personalidade em formação está envolvida no processo” (p. 24). Ele aponta, ainda, que – apesar das diferenças existentes entre a alimentação provida pelo seio e pela mamadeira – o que circunscreve a experiência nutritiva não depende unicamente de tal objeto. O contato físico e íntimo que se estabelece na dia-de mãe-bebê, alimentador-alimentado, envolve sensações prazerosas: cheiros; gostos; toques; pele a pele; olho a olho. A necessidade vital que constitui a fome deve ser saciada, mas o mamar desperta excitações corporais, que passam a sustentar o vínculo e a intimidade entre aquele que alimenta e aquele que é alimentado, de maneira que “não é o seio que se inscreve no psiquismo, mas as suas representações e afetos associados” (Dauer & Martins, 2015, p. 45).

Assim, o que há de orgânico, como a nutrição – que nutre e sacia não apenas a urgência biológica – implica uma necessidade de cuidado proveniente do outro: que segura o corpo do bebê e o alimenta. Nesses cuidados iniciais,

os atos de nutrição, envolvendo a relação entre a mãe e seu filho, o vínculo entre quem alimenta e quem é alimentado, estabelecem marcas primordiais na constituição do psiquismo. Tais padrões de alimentação se entrelaçam, responsáveis por inscrições na criança: estabelecem marcas primordiais, traços mnêmicos, identificações primárias, modelos de relações – que se constituem desde sua primeira alimentação, quando sacia sua fome e sente prazer (Dauer & Martins, 2015). A nutrição da criança – e, assim, a nossa, dos adultos – se encontra nessa trama de cuidados iniciais, que vem a significar os alimentos e o alimentar-se, constituindo vínculos, afetos, relações. Desse modo, mais do que comer o alimento a nós entregue, como nos conta Clarice: comemos a presença.

### **A alimentação e a cultura: o que faz a mesa?**

Para além da presença da mãe que alimenta, nossa trajetória alimentar perpassa – quando, na saída do seio, chegamos à mesa – pelo compartilhamento da refeição. Podemos resgatar em Françoise Dolto (1984/2004) contribuições nesse sentido, na medida em que a autora afirma que, com o desmame, se despertam novas possibilidades de relação, se aciona o desejo de, com a boca que come e que fala, se comunicar com outros – excedendo as relações da díade mãe-bebê, alimentador-alimentado. Explorando outras presenças, a criança pode, enfim, partilhar o prazer da alimentação com todos aqueles que com ela dividem esse momento e, assim, compõem a mesa.

Refletindo sobre tal processo – a ida à mesa –, encontramos em diferentes autores a relevância do enlaçamento social e cultural nas relações traçadas por e na alimentação. Bezerra (2020), nesse sentido, aponta para as aproximações entre a história grega e as contribuições de Freud, entendendo que “se alimentar em conjunto é uma via de ascensão e legitimação da civilidade” (p. 64). Os banquetes, na Grécia, eram tidos, pela população grega, como “reflexo das normas e códigos sociais da pólis, devido a todo sentido e representação que eles carregavam” (Bezerra, 2020, pp. 63-64). Oposta à alimentação individualizada e tomada apenas para sobrevivência, a refeição compartilhada seria da ordem da civilidade, de forma que a tradição dos banquetes indicaria uma vida em comum – também esta compartilhada.

Caminhando na mesma direção, para Freud (1912-1913/2012), a refeição que passa a ser compartilhada se constitui enquanto um ato civilizatório. Na narrativa mitológica criada pelo autor, a respeito do estabelecimento da sociedade – fazendo alusão à refeição totêmica e ao parricídio –, se entende que o pai, tirano, tinha controle sobre o alimento e a horda. O parricídio ocorre na tentativa de ocupar o lugar do pai – em um ritual antropofágico, na ingestão de sua carne. No entanto, diante da impossibilidade de os filhos assim tomarem o seu lugar, a organização social não mais passa a ser governada pelo pai déspota, mas sim

regida por leis e normas compartilhadas. As regras da civilização, assim, no modelo de Freud, advêm também da proibição da ritualística de comer o pai e o que ele representa, de forma que se inauguram restrições morais que sustentam a civilidade (Freud, 1912-1913/2012). A refeição passa a ser partilhada junto às normas e às regras do contrato social estabelecido.

Ademais, no comer junto, a criação de laços sociais e a união entre semelhantes, em sua ontogênese, é possibilitada na medida em que a substância ingerida – antes fornecida por sua mãe ou cuidador – também pode ser, então, compartilhada, de forma a estabelecer uma organização social e compartilhar convenções morais entre quem senta junto à mesa (Freud, 1912-1913/2012). Bezerra (2020), discorrendo sobre as contribuições de Freud, pontua:

[...] a prática de comer e beber juntos é uma maneira de se tecer, manter e reforçar novas vinculações sociais, além de retratar a particularidade das relações com os envolvidos nesse ato. Os indivíduos, no momento da refeição, simbolicamente passam a ser de um mesmo clã, partilhando relações de familiaridade e corresponsabilidade uns com os outros. (p. 64)

Desse modo, o comer junto possibilita a sustentação de relações interpessoais, dispondo de funções e valores sociais. Os hábitos alimentares, assim, dizem do cotidiano e da cultura compartilhada entre os que repartem o alimento. O historiador Massimo Montanari (2013), especialista em história da alimentação, examina e interpreta os atos ligados à comida, que carregam consigo uma história e crenças complexas. Para o autor, a comida – seja quando produzida, preparada ou consumida – é cultura. Apresentando-a para além de sua dimensão orgânica e natural, bem como atentando para os processos culturais que a constituem e circunscrevem seu consumo, ele se volta para o que, quanto e como comemos – compreendendo que essas definições atendem não apenas critérios de natureza nutricional, mas também valores econômicos, religiosos, morais, étnicos, sociais.

Nesse sentido, desde o alimento em si até os arranjos que circunscrevem a mesa se enlaçam na produção da refeição compartilhada. Nos banquetes aristocráticos, a saber, o autor observa uma complexa organização, inclusive, espacial: a posição de cada sujeito na refeição da qual participa, a cadeira em que senta, também diz das relações sociais estabelecidas. Montanari (2013) localiza, então, na distribuição dos banquetes, que “o *lugar* não pode ser atribuído ao acaso: de maneira mais ou menos formalizada de acordo com as épocas e os contextos sociais e políticos, ele serve para marcar a importância e o prestígio dos indivíduos” (p. 161). Assim, o lugar que cada um ocupa à mesa exprime também seu lugar social.

Desse modo, a refeição compartilhada – do alimento até o que o cerca – assume sentidos singulares em cada grupo, significados próprios nas diferentes culturas e sociedades, os quais são transmitidos à mesa. Evocando uma analogia entre comida e linguagem, nesse sentido, o historiador aponta que, “assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura

de quem a prática, é depositário das tradições e da identidade de um grupo” (Montanari, 2013, p. 183). Assim, a transmissão de valores, condutas e normas sociais se dá também quando os sujeitos se unem para comer.

Nessa direção, observamos como os banquetes cumpriam, desde a história das primeiras civilizações, relevante função social – fortalecendo vínculos, solidariedade entre pares e boa convivência. O cerimonial e os rituais que circunscrevem o consumo de alimentos se estabelecem, dessa maneira, enquanto espécie de humanização das condutas alimentares, de forma que todo grupo se encontra e se organiza à mesa em rituais singulares (Montanari, 2013). A relação das sociedades com o alimento, assim, é regulamentada por suas leis e normas, ocupando lugar fundamental na cultura. Para além da substância alimentar e orgânica, então, compreendemos sua função comunicativa:

[...] uma vez que os gestos feitos junto de outros tendem a sair da dimensão simplesmente funcional para assumir um valor comunicativo, a vocação convivial dos homens se traduz imediatamente na atribuição de um *sentido* para os gestos que fazem ao comer. Também desse modo a comida se define como uma realidade deliciosamente cultural, não apenas em relação à própria substância nutricional, mas também às modalidades de sua assunção e de tudo aquilo que gira em torno dela. (Montanari, 2013, pp. 157-158)

Assim, a prática de convívio possibilitada pelo espaço da refeição exprime a experiência de cultura que nos é transmitida. Desde a amamentação, como vimos, o alimento e o alimentar--se concebem uma forma de comunicação constituinte dos sujeitos e de suas subjetividades. A relação que antes se dava na diáde, passa a ser, então, compartilhada para além dela, e vemos a comunicação que também se dá no espaço da alimentação entre pares – na medida em que, mais do que a fim de ingerir o alimento, sentamos à mesa para compartilhá-lo. Portanto, o que faz a mesa é não apenas a substância orgânica sobre ela depositada; o que faz a mesa é não apenas nutrir quem ingere o alimento. Em seu caráter de transmissão, a ida à mesa permite que a criança faça parte do mundo, se insira na cultura, nos códigos – e se alimente também da presença de quem com ela compartilha a refeição.

## **O comer junto na ambientoterapia: o que fazem à mesa?**

As vastas reflexões e contribuições teórico-conceituais elaboradas em torno da alimentação – desde o princípio da constituição psíquica até toda a vida em sociedade – nos mostram a relevância de nossa relação com o alimento e com a sua partilha. Assim, a fim de pensar sobre o espaço que ocupa o lanche no processo terapêutico, sentimos como necessário direcionar um olhar atento e cuidadoso às sutilezas que envolvem o comer junto na ambientoterapia, na medida em que esse momento presente em nossos atendimentos remonta tantos processos constituintes dos sujeitos e da cultura.

Vemos – seja nas contribuições de Winnicott sobre a alimentação, seja na história dos banquetes evocada por Montanari – que comer é se relacionar. Desse modo, na medida em que a refeição compartilhada se estabelece como ato “fundamental para a sociabilidade, retratando como o grupo social se vincula, se organiza e se mantém integrado” (Bezerra, 2020, p. 65), o horário do lanche assume lugar de relevância para a construção e a manutenção do grupo da ambientoterapia. A refeição compartilhada pode, pois, como propõe Bezerra (2020), ser tomada como dispositivo clínico – sendo uma potente ferramenta de intervenção, que (nos afetos produzidos pelo comer junto, de solidariedade e obrigações mútuas) produz efeitos valiosos e cumpre relevante função terapêutica.

Os pacientes do grupo mencionado, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), encontram também à mesa a possibilidade de se vincularem ao outro. Quando se trata da relação de tais pacientes com a alimentação, sabemos que, sobretudo por sua sensibilidade sensorial, elementos como a textura da comida pode dificultar ou restringir a sua ingestão, de forma que a seletividade alimentar é uma alteração comum em quadros de TEA (Rocha et al., 2019). Os riscos dos padrões restritos de alimentação demandam atenção especial dos cuidadores, bem como indicam a importância singular dos hábitos alimentares para pessoas com TEA. Assim, diante da sua relação com a comida, que pode ser, por vezes, turbulenta, comer com os outros pode oferecer para esses pacientes a possibilidade de criar parcerias entre si. Crianças que se deparam com tanta dificuldade de contato – com o outro e, também, com o alimento – podem encontrar no momento da refeição compartilhada uma ampliação de seus relacionamentos alimentares e interpessoais.

O lanche terapêutico, desse modo, por envolver o ato de comer junto, proporciona para os pacientes a oportunidade de partilha e de relações – afinal, é algo que pode ser compartilhado em um grupo de pessoas que têm dificuldade em compartilhar. O espaço de convívio é potente e necessário para todos nós – terapeutas, inclusive –, mas o dispositivo clínico da refeição em conjunto abre espaços importantes especialmente para os pacientes que encontram empecilhos em suas interações e no estabelecimento de vínculos, sendo a mesa um espaço para experimentar o contato com o outro e com o ambiente.

Nesse sentido, a ambientoterapia, em sua proposta de “lar-clube-escola”, ao oferecer o momento do lanche, remonta às partilhas que se dão nos diferentes espaços pelos quais a criança percorre. Sobretudo, remonta às refeições que se dão no lar – na casa, nas primeiras relações, no núcleo familiar. Assim, revisitando as experiências que acompanham nossos pacientes, podemos oferecer a possibilidade de novas identificações, novos modelos de relação, diferentes dos que possam ter sido falhos em suas constituições psíquicas. À mesa, tal intervenção ocorre de forma intensa, na medida em que o cotidiano das refeições, bem como a relação com o alimento, exprime marcas primordiais dos sujeitos. Assim, repartindo a comida e dividindo tal espaço, o ambiente do lanche com-

partilhado se torna terapêutico – especialmente quando localizado em meio à rotina cuidadosa fornecida pela ambientoterapia.

Tal rotina, de extrema relevância, se desenha da seguinte maneira: quando presencialmente, no início de todas as manhãs de ambientoterapia – psicólogos e estagiárias sentados em roda –, a equipe de terapeutas se reúne. Em meio a conversas sobre a rotina da manhã, em grupo, define-se qual será o lanche do dia. A escolha atenciosa e coletiva da comida – seja bolo, seja fruta – denota a transmissão das normas e dos valores socioculturais, pois há sempre um cuidado sobre o que se come, garantindo alimentos socialmente apropriados e atendendo, também, para os pedidos e os gostos das crianças. Dessa forma, desde a escolha do lanche, o vínculo entre os pacientes e a equipe já se estabelece.

Uma ou duas estagiárias, então, após as crianças chegarem, vão ao mercado – comumente junto ao *paciente do dia* (título dado ao paciente que, em determinada manhã, fica responsável por auxiliar na rotina e ir ao mercado, acompanhado da terapeuta). O lanche comprado fica à espera, na cozinha, do momento da rotina em que nos deslocamos até a mesa. Antes disso, todos os pacientes, em uma fila, aguardam para lavar suas mãos; depois de comer, novamente aguardam, desta vez para escovar seus dentes. As terapeutas, durante tais arranjos da rotina cotidiana, organizam a refeição – muitas vezes com o auxílio dos pacientes.

O delinear da função terapêutica do lanche, desse modo, se inicia antes mesmo de nos sentarmos à mesa. As tarefas por vezes mais operacionais – como definir qual será o lanche, ir ao mercado, organizar a mesa, lavar a louça – não são atos puramente mecânicos: também implicam um cuidado. Como nos conta Osório (1986), discorrendo sobre as contribuições de Winnicott para as psicoterapias de grupo, o terapeuta, ao atuar na constituição e na manutenção do *setting*, funciona como o cuidador que, no contexto familiar, se ocupa da arrumação da casa. Ao providenciarmos o lanche, dispormos a mesa e lavarmos os talheres, revisitamos o ambiente do lar que se faz tão fundamental para a constituição das primeiras relações e identificações dos sujeitos.

A participação dos pacientes em tal processo é ativa, desde os *sousplats* que são colocados sobre a mesa – os quais são confeccionados pelas crianças – até a sua ajuda nos preparos da refeição. Quando se dispõem a auxiliar na organização da mesa ou a secar a louça após o lanche, além de estarem atuando na construção de sua autonomia, os pacientes indicam a mútua cooperação acionada pelo comer junto: quando colaboram nas tarefas que o lanche envolve – bem como quando dão atenção à higiene, nos hábitos que antecedem e sucedem a refeição –, as crianças contribuem para o cuidado de si e, também, dos outros. Assim, a rotina e as tarefas que circunscrevem o momento do lanche também dão forma ao seu lugar terapêutico e constituinte.

Ainda, diferentemente do que Montanari identifica nos banquetes hierarquizados, organizados pela posição social de cada indivíduo, no lanche da ambientoterapia não há lugares fixos: todos circulam e sentam pelas cadeiras de

sua preferência, denotando horizontalidade e possibilidade de circulação entre os semelhantes. No entanto, há também uma ordem, uma organização: terapeuta-paciente-terapeuta-paciente. Como em uma dança das cadeiras, ritmada, entre pacientes sempre senta uma terapeuta – o que diz de um cuidado, de uma atenção que, possibilitada pela presença cuidadora do corpo da terapeuta, fornece um ambiente seguro às crianças.

Essa distribuição dos corpos nas cadeiras, em uma dança que circunscreve a mesa, além de colocar em questão o cuidado das relações, permite uma distinção necessária entre terapeutas e pacientes, ao mesmo tempo que possibilita o seu compartilhamento horizontalizado. Isso ocorre, pois todos participam: sentam à mesma mesa, comem o mesmo lanche – em uma divisão igual das fatias – e compartilham, cada um a seu modo, o espaço da refeição. Nesse sentido, vemos a função que cumpre a organização espacial do grupo. Sabemos que a rotina estruturada, estabelecida previamente e distribuída de maneira sistemática no tempo dos encontros, se constitui como elemento de contenção para os pacientes (Ferreira et al., 2014). No entanto, para além disso, podemos observar que a potência terapêutica da ambientoterapia se dá não apenas no manejo do tempo, mas também no manejo do espaço – em que se distribuem geograficamente os corpos à mesa.

Ademais, quando todos sentados, o grupo da ambientoterapia mencionado tem uma tradição. Antes de lanchar, juntos, enquanto movemos nossas mãos tocando a mesa, proferimos: “podemos lanchar o que o CEAPIA preparou”. Essa fala, presente em todos os encontros da ambientoterapia, se dá de forma ritualística, em um ritmo definido coletivamente. Como vimos, certos rituais perpassam as refeições compartilhadas em diferentes grupos, cumprindo uma função social. Nesse grupo em particular, o ritual é organizador, ajuda a conter os pacientes e a demarcar o início da refeição, na medida em que delimita o espaço preparado e nos autoriza a comer. O ato ritualístico, sobretudo para os pacientes com TEA, oferece segurança, previsibilidade e continuidade – elementos tão necessários.

Por esse motivo, à distância, o ritual continua. Na modalidade on-line, nossos encontros passaram a ocorrer durante menos tempo e com menor frequência, mas, uma vez que seguimos realizando o lanche, mesmo retirando o espaço físico concreto – do CEAPIA –, os símbolos e as relações que se dão pela via do alimento se mantiveram. Vimo-nos separados por uma tela, cada um em seu abocanhar, mas sob as mesmas regras, sob a mesma conduta. Portanto, o ritual seguiu ocorrendo ainda que o CEAPIA não preparasse o lanche em si – afinal, prepara o espaço de compartilhamento. Tal continuidade ritualística, lembrada pelos próprios pacientes, nos mostra como o momento do lanche vai para além do alimento: tira-nos da literalidade do preparar a comida e nos carrega à preparação de um espaço simbólico.

Presencialmente, o CEAPIA disponibiliza copos, talheres, pratos, guardanapos – todos postos sobre a mesa –, bem como o alimento decidido e comprado

pelas terapeutas. Disponibiliza, sobretudo, o momento de compartilhamento à mesa, como seguiu fazendo a distância. No formato on-line, nossa mesa mudou de forma, mas seguiu sendo partilhada. Os alimentos passaram a ser fornecidos pelas famílias dos pacientes – ativas no processo terapêutico – e, mesmo longe, comíamos juntos. A fim de transmitir nossos gestos ao outro, íamos aos poucos comunicando: “estou com meu lanche”, “já lavei minhas mãos”, “terminei de comer”. Tentávamos, assim, partilhar esse momento e suprir a ausência dos corpos presenciais. Desse modo, apesar das limitações impostas pela distância, os pacientes e as terapeutas, ao compartilharem ativamente o lanche terapêutico, se colocavam disponíveis para as trocas e as relações, convocando a potência clínica desse momento inclusive em distanciamento.

O potencial do horário do lanche se dá, ademais, por ser um espaço em que muito pode emergir. Vemos, à mesa, manifestações importantes: como se dão as interações; a capacidade de espera pelo outro; a habilidade de repartir; o modo com que os pacientes comem – se de forma lenta ou voraz. Por vezes, o silêncio cobre a superfície da mesa e se estende pela refeição. Em outros momentos – como um copo d’água que, por algum descuido, cai sobre a mesa e por ela se esparrama – algum paciente se desorganiza e precisa ser contido pelo grupo. A refeição compartilhada, assim, dá espaço para a manifestação de diferentes atos, sentimentos, gestos, que podem ser colocados em análise e sobre os quais se pode intervir. Devemos estar atentos a essas sutilezas, às movimentações e aos atos feitos à mesa. O lanche se torna terapêutico, então, quando há um espaço seguro para que tais manifestações venham à tona. Se o grupo estiver disponível para a partilha, aberto à relação e ao que dela pode emergir, a potência clínica de tal momento se destaca. Dessa maneira, no momento de convívio, podemos – pacientes e também nós, terapeutas – desfrutar do encontro e, da forma que possível, nos alimentarmos das presenças.

## **Lavando os pratos e os talheres: considerações finais**

As diferentes atividades estruturadas na rotina da ambientoterapia – em seu ritmo e sua continuidade – se enlaçam e se sustentam na constituição terapêutica dos encontros. O horário do lanche, por sua vez, ocupa um importante lugar no cotidiano do atendimento, exprimindo grande potência clínica e merecendo um olhar atento. Afinal, como vimos, esse momento possibilita que se dê aos pacientes opções distintas de relações, que se reconstruam vínculos e que se estabeleçam, à mesa, novos modelos identificatórios. A refeição compartilhada, assim, se estabelece como um espaço potente de socialização – seja na ambientoterapia como a conhecemos, seja nos grupos que foram adaptados à modalidade on-line. Em ambas as circunstâncias, pensar o lanche se faz necessário.

Diante da difícil tarefa de dar continuidade ao trabalho terapêutico à distância, fez-se fundamental conservar o momento do lanche. Ainda que a sau-

dade da presença siga, no percurso dessa escrita – conforme as palavras se fazem presentes –, nossa fome e nossa sede se atenuam. A partir das reflexões que aqui buscamos apresentar, então – tanto nos estudos teóricos, quanto na experiência clínica –, tentamos esboçar um desenho do nosso comer junto. O momento do lanche pede por uma atenção que siga cuidadosa, para que possamos observar as sutilezas que emergem quando sentamos juntos à mesa. Dessa forma, estando disponíveis para o encontro proporcionado pelo lanche, podemos acioná-lo enquanto dispositivo clínico e potencializar sua função na ambientoterapia – pois entre a constituição psíquica e cultural, entre as bocas e a mesa, a experiência do comer junto se constrói enquanto terapêutica.

## Referências

- Amaral, F. A. do, Milagre, P. K., Kreutz, R. H., Giaretta, V. (2015). Autismo, ambientoterapia e psicanálise. *Publicação CEAPIA*, 24(24), 24-36.
- Bezerra, M. M. S. (2020). Os efeitos de subjetivação produzidos na experiência da refeição compartilhada nos grupos terapêuticos do CPPL. *Psicologia Clínica*, 32(1), 59-78. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n01A03>
- Dauer, É. T., & Martins, K. P. H. (2015). Desamparo materno e recusas alimentares na primeira infância. *Cadernos de psicanálise* 37(32), 43-60.
- Dolto, F. (1984/2004). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1984).
- Ferreira, A. L., Berni, A. B., Feil, C. F., Souza, C. G., Orenço, L. G., Milagre, P. K., Brew, P. C., & Giaretta, V. (2014). Falhas no desenvolvimento emocional primitivo e os diferentes níveis de contenção em ambientoterapia. *Publicação CEAPIA*, (23), 46-59.
- Freud, S. (1895/2006). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1895).
- \_\_\_\_\_. (1912-1913/2012). Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e dos neuróticos. In *Obras completas: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (Vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1912-1913).
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lionço, T. (2008). Corpo somático e psiquismo na psicanálise: uma relação de tensionalidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* (Rio de Janeiro), 11(1), 117-136. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982008000100008>
- Montanari, M. (2013). *Comida como cultura*. São Paulo: Editora Senac.
- Osório, L. C. (1986). *Grupoterapia hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Ambientoterapia na infância e adolescência*. Porto Alegre: Movimento.
- Rocha, G., Medeiros Júnior, F. de, Lima, N., Silva, M. da, Machado, A., Pereira, C., Lima, da S., Pessoa, N., Rocha, S., & Silva, H. da. (2019). Análise da seletividade alimentar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (24), e538. <https://doi.org/10.25248/reas.e538.2019>

- Taschetto, A. R., & Nilles, M. A. (1996). Ambientoterapia: uma indicação terapêutica na infância e adolescência. *Publicação CEAPIA*, (9), 127-134.
- Winnicott, D. W. (1956/2000). Preocupação materna primária. In *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1956).
- \_\_\_\_\_. (1964/2006). O recém-nascido e sua mãe. In *Os bebês e suas mães* (pp. 29-42). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1964).
- \_\_\_\_\_. (1987/2006). A amamentação como forma de comunicação. In *Os bebês e suas mães* (pp. 19-29). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1987).